

Recibido: 23 de enero de 2009.

Aceptado: 25 de mayo de 2009.

DO *POLITES* AO *KOSMOPOLITES*

DELFIN F. LEÃO

Universidade de Coimbra

Resumen

En este artículo, el autor se propone abordar los cambios políticos, económicos y sociales que han caracterizado la sustitución del mundo de la polis por la realidad más amplia de los reinos helenísticos. Al dejar, paulatinamente, de tomar parte en los objetivos comunes de la polis, se van produciendo unos cambios, los intereses privados son mantenidos en un segundo plano, la sociedad evoluciona hacia un nuevo estado donde la felicidad individual se vuelve más importante que la comunidad como un todo, en la misma medida en que esa comunidad ya no es capaz de implicar a cada ciudadano en la administración directa de la polis, llevando los objetivos comunes de la polis a la esfera privada de sus intereses personales. El *polites* era así sustituido por el *kosmopolites*, de la misma forma que la polis se veía suplantada por la nueva realidad «globalizada» de la *oikoumene*.

Palabras clave: *Polites*, *kosmopolites*, *oikoumene*, política y sociedad.

Abstract

In this paper, the author makes an approach to the political, economic and social changes that characterized the substitution of the world of the polis by the wider reality of the Hellenistic kingdoms. By progressively leaving aside the inner demand of commitment with the common interests of the polis, where private concerns were to be kept at a secondary level of importance, society evolved to a new stage where individual happiness became more central than the community as a whole, because this same community was no longer able to involve their individual citizens in the direct administration of the polis, thus liberating them for the private sphere of their personal interests. The *polites* was being replaced by the *kosmopolites*, just as the polis was in the process of being supplanted by the new «globalizing» reality of the *oikoumene*.

Keywords: *Polites*, *kosmopolites*, *oikoumene*, politics and society.

1. *Pólis: a formação do polites para o exercício da cidadania*

Quando Simónides, o grande cantor da resistência grega às invasões persas, afirmava que «a pólis é mestra do homem» (frg. 15 West), estava também a sintetizar, com a sua reconhecida habilidade para construir frases lapidares, o essencial da existência da Hélade ao longo das Épocas Arcaica e Clássica. Neste período, a Grécia desenvolveu e apurou o sistema da pólis, como a forma ideal de se organizar em sociedade, uma opção que, na óptica helénica, era muito preferível e superior à autocracia bárbara, a qual apenas reconhecia a liberdade total do monarca —tanto mais absoluta e caprichosa quanto menor fosse o espaço de actuação dos respectivos súbditos. À dependência destes, o espírito grego contrapunha a soberania da lei, que ora vinculava o cidadão anónimo e indigente, ora o magistrado mais zeloso das suas funções. É certo que nem todas as pólis tiveram capacidade (ou ensejo) de cumprir, de forma igualmente isenta e eficaz, este ideal de orgulhosa autonomia, embora ele fosse partilhado, em termos gerais, por todas as cidades-estado. Não surpreende, por isso, que este princípio surja, a cada passo, nas obras literárias e constitua, em particular, a fonte perene que alimenta o caudal de grandes emoções retratadas no teatro, especialmente na tragédia.

A educação pela pólis e para a pólis (isto é, para o exercício empenhado e consciente da cidadania) exige de cada *polites* um envolvimento directo nos interesses da cidade, tarefa que representava, ao mesmo tempo, uma prerrogativa e uma obrigação. Antes de mais, um privilégio: em relação a todos quantos se encontravam excluídos, em maior ou menor grau, do uso pleno daquele estatuto (estrangeiros, metecos, escravos, mulheres e crianças), quer uma tal situação fosse definitiva ou apenas temporária (como aconteceria com uma criança filha de pais cidadãos, que não houvesse atingido ainda a maioridade); mas o exercício da cidadania constituía também uma obrigação, à qual alguns poderiam sentir a tentação de fugir (para evitar, por exemplo, colocar a vida em risco no campo de batalha ou dispor dos próprios bens para levar a cabo um oneroso serviço público, no caso de se ser escolhido para cumprir uma liturgia). Ao cidadão comum, mesmo que não fosse particularmente ambicioso, o Estado exigia, em particular, o envolvimento nas actividades militares, na administração da pólis e na aplicação da justiça. Estes domínios constituíam, de início, um rigoroso exclusivo da aristocracia dominante, pois estavam intimamente ligados à nobreza de nascimento e à riqueza individual disponível. Por tal motivo, o alargamento da base de acesso a estas prerrogativas resultaria apenas de um longo processo de lutas intensas, relacionadas com factores como a colonização, o desenvolvimento do comércio e da indústria, a introdução da moeda e o acelerado surgimento de novos-ricos, a alteração das tácticas de combate (como o predomínio da

infantaria ligeira), que tornavam menos dispendiosa e mais acessível a participação em campanhas militares. Para responder à pressão destes poderosos factores de mudança, a Grécia irá assistir ao movimento generalizado dos legisladores (cujos códigos de normas escritas visavam tornar mais clara e imparcial a aplicação da lei), bem como ao estabelecimento de numerosas tiranias, cujo colapso, após duas ou três gerações de governo, conduziu, em geral, à implantação de oligarquias ou de regimes democráticos mais ou menos evoluídos.

Característico, porém, do sistema da pólis era o seu particularismo e a forte determinação de manter uma autonomia e identidade próprias. E assim, da mesma forma que a Hélade representava para os Gregos um espaço cultural e ideológico comum, que lhes permitia cultivar, em relação aos que não partilhavam esse mesmo universo de valores, uma orgulhosa consciência de superioridade moral, sofria igualmente de uma incapacidade congénita para se agregar numa grande nação. Para isso acontecer, cada cidade teria de abdicar da pretensão de ser um Estado autónomo e soberano (com leis e constituição próprias), capaz de promover uma política interna e externa independente — e perder estas características equivalia a negar a própria essência do sistema. Por conseguinte, à parte alianças pontuais com outras póleis, motivadas por necessidades com frequência igualmente pontuais, as cidades-estado preferiam cultivar por norma a autarcia e um regime de participação directa no governo, o que obrigava, em ambos os casos, a manter o Estado e o corpo de cidadãos dentro de limites relativamente reduzidos.

1.1. AS GUERRAS MEDO-PERSAS E O IMPERIALISMO ÁTICO

A Grécia não deixou, ainda assim, de experimentar as vantagens da união helénica, motivada porém não pelo desejo natural de agregação, mas pela urgência premente de resistir a um adversário comum: o tradicional inimigo persa. A oposição grega, liderada em Maratona (490) e Salamina (480) por Atenas, granjeou um sucesso tão estrondoso quanto surpreendente, como ilustra o facto de até o oráculo de Apolo em Delfos ter ‘medizado’ (como então se dizia), ao prever a vitória medo-persa¹. Para as cidades gregas aliadas, este sucesso abria uma oportunidade única de se afirmarem enquanto modelos de organização política e militar. De facto, entre a retirada persa e o início da Guerra do Peloponeso (431) estende-se um período de quase meio século, ao qual, por isso mesmo, se atribui usualmente o nome de

¹ Certamente procurando acautelar a própria sorte, ao preparar um alinhamento com o previsível vencedor do conflito. No entanto e apesar deste ‘engano’, o oráculo manteve no futuro a sua credibilidade e influência, pois os Gregos, que não tinham propriamente uma casta sacerdotal e um livro sagrado que lhes servissem de guia espiritual, necessitavam de acreditar na clarividência de Apolo para sondar os desígnios divinos.

*Pentekontaetia*². Valerá a pena recordar alguns dos aspectos que fazem com que esta época seja tão especial, sobretudo no caso da Ática, pois ilustram de forma paradigmática o sucesso do sistema da pólis na sua realização mais perfeita: o regime democrático.

Em 477, ainda no rescaldo das Guerras Pérsicas, era criada a Simaquia de Delos, que começou por ser uma aliança voluntária das cidades do Egeu e da Ásia Menor com Atenas, de forma a defenderem os interesses gregos e a manterem as forças persas à distância. No entanto, essa confederação vai permitir à cidade de Atenas estabelecer um verdadeiro império tributário, baseado no poder e na eficácia da frota, e alargar a influência política, favorecendo a instauração de democracias nas pólis aliadas³. Para atenderem aos objectivos enunciados, as cidades aliadas contribuían ora com navios ora com dinheiro; as cotizações monetárias passavam a integrar um tesouro comum, que ficara depositado, inicialmente, na sede da Simaquia, em Delos. Em 454, este fundo é transferido para Atenas, indício claro do imperialismo crescente da cidade. Por outro lado, não muito depois, Péricles leva a Assembleia a votar que essa reserva de dinheiro seja utilizada para reconstruir os templos, sobretudo os da Acrópole, que tinham ficado à mercê do saque persa. Esta decisão, que os aliados podiam, com todo o direito, acusar de abusiva, vai, no entanto, criar a oportunidade para grandes realizações artísticas como o Pártenon ou as estátuas da deusa Atena por Fídias. Estas grandes obras, ao mesmo tempo que constituem uma importante fonte de emprego para muitos assalariados (evitando, assim, que se criassem situações de agitação e revolta internas), são também a face visível da grandeza de Atenas. No domínio político, as reformas de Clístenes eram aperfeiçoadas por Efiltes e Péricles, de forma que, em meados do séc. V, o equilíbrio e harmonia entre as diversas instituições permitiram atenuar grandemente o conflito de classes, concedendo possibilidades idênticas a todos os cidadãos. Era, portanto, a súpula de todos estes factores que guindava Atenas a um pedestal de quase perfeição, permitindo a Péricles, o grande guia dos destinos da cidade, considerá-la a verdadeira «Escola da Hélade»⁴.

² O criador do conceito é Tucídides; num excurso famoso (1.89-118), o historiador analisa o crescente imperialismo ateniense, que constitui, segundo ele, o verdadeiro motivo que levou à eclosão daquele conflito entre Helenos, de consequências desastrosas para todo o mundo grego. Em Leão (2001: 43-72), explorámos, com mais pormenor, a matéria abordada nas páginas seguintes.

³ A este movimento se contrapõe a Simaquia do Peloponeso, liderada por Esparta, que procurava estabelecer oligarquias na sua área de interferência política e militar. Este facto vai acentuar o dualismo de forças na Hélade, que desembocará naturalmente na Guerra do Peloponeso.

⁴ Tucídides, 2.41.1.

1.2. A GUERRA DO PELOPONESO E OS GOLPES CONTRA A DEMOCRACIA

Esta imagem de equilíbrio vai, contudo, ser profundamente abalada pela Guerra do Peloponeso (431-404). Iniciado o conflito, os Atenienses começam por seguir, ainda que relutantes, a estratégia delineada por Péricles de se recolherem dentro das muralhas. Uma vez que a cidade se encontrava ligada ao Pireu por muralhas, era, assim, assegurado o abastecimento de víveres por via marítima, onde a supremacia da frota ateniense era clara. Desta forma, evitava-se o confronto por terra com os Peloponésios, com todas as perdas humanas que isso acarretaria. Porém, esta medida obrigava a tributar um preço elevado. Antes de mais, no moral da população, a quem se tornava muito custoso não só abandonar as casas e os campos ao inimigo, como assistir, do interior das muralhas, ao espectáculo da destruição periódica da sua terra. Se, nalguns agricultores, isso poderia fazer despertar o desejo da paz, na maior parte acicatou apenas o ódio contra o inimigo e o desejo de combater. A este cenário desolador vinha juntar-se a concentração excessiva de pessoas no interior da cidade, alojadas em condições sanitárias muito deficientes, que favoreceram o aparecimento da peste. Vítima da epidemia será também Péricles, em 429, quando eram já decorridos dois anos e seis meses de conflito. É convicção de Tucídides e dos estudiosos em geral que a Guerra do Peloponeso teria conhecido um desfecho diferente, se Péricles tivesse continuado à frente dos destinos da cidade que conduzira de forma única, já que nenhum dos seus sucessores lograra combinar de maneira tão notável as elevadas qualidades éticas e intelectuais necessárias a um estadista democrático.

Com efeito, durante a Guerra do Peloponeso, Atenas iria viver momentos difíceis, que, usados frequentemente para promover o oportunismo e a ascensão dos políticos do momento, acabariam por comprometer os próprios fundamentos da democracia. De facto, em 415, Alcibíades consegue que a Assembleia aprove uma empresa militar em larga escala à Sicília, com o pretexto de auxiliar as cidades democráticas atacadas por Siracusa, mas cujo real objectivo consistia em alargar o poder ateniense para ocidente. A proposta comportava alguns riscos, de que o mais sério correspondia a criar uma nova frente de combate, quando teria sido mais aconselhável concentrar as forças. Nícias, o grande obreiro da paz de 421, foi um dos generais escolhidos para chefiar a expedição, mas opôs-se ao projecto de forma ponderada, exactamente por temer o envolvimento numa empresa que, a correr bem, poucas vantagens traria e, caso contrário, poderia acarretar graves consequências, uma vez que o investimento de fundos e de pessoas seria muito elevado. Como o próprio Tucídides salienta (6.26.2), somente nesta altura é que Atenas começava a refazer-se das baixas humanas, causadas pela peste e pela guerra, e da depauperação generalizada; contudo, este breve fôlego

conseguido pelas tréguas de 421, em vez de aconselhar ponderação nos benefícios da paz, lançava a cidade numa aventura de consequências trágicas.

Alcibíades aspirava a preencher o lugar vacante na cena política depois da morte de Péricles. E, de facto, possuía alguns atributos indispensáveis: por várias ocasiões, haveria de revelar-se um militar brilhante e bom diplomata, qualidades que combinava habilmente com a sedução da juventude e da aparência e com um comportamento arrebatado. Faltavam-lhe, contudo, a firmeza de carácter e a necessária percepção de todas as implicações de um programa político de longo alcance, para fazer dele um digno substituto de Péricles. Não surpreende, portanto, que Alcibíades inspirasse sentimentos contraditórios: tal como podia ser útil à democracia radical, despertava igualmente a inveja dos outros políticos, que nele viam um perigoso rival e espreitavam um pretexto para o afastarem da corrida à liderança⁵. A oportunidade surgiria com a expedição à Sicília. Os primeiros momentos foram de sucesso para o jovem aristocrata, que conseguira convencer não só a juventude desejosa de aventuras, como muitos dos mais velhos, imbuídos pela nostalgia de projectos grandiosos. Contudo, nas vésperas da partida, dois eventos iriam mudar definitivamente a sorte de Alcibíades: a mutilação dos Hermes e a paródia aos mistérios de Elêusis, e em ambos os sacrilégios a figura deste político havia sido implicada, com ou sem razão. Alcibíades, ao mesmo tempo que asseverava a inocência, mostrava-se disposto a ser julgado, mas os seus inimigos preferiam chamá-lo assim que tivesse chegado à Sicília, já que, desta forma, ele não teria o apoio dos soldados e, entretanto, poderiam conjurar o envolvimento num delito mais grave. Assim aconteceu; Alcibíades é chamado, mas, iludindo a escolta enviada para trazê-lo a Atenas, foge para Esparta, acabando por ser julgado *in absentia* e condenado à morte, juntamente com os companheiros. A soberania popular cometia, desta forma, erros sucessivos, que iriam abalar fortemente a credibilidade nas suas instituições: a Assembleia, além de não escutar as sensatas objecções de Nícias, elege-o, contra sua vontade, um dos generais para comandar a expedição; além disso, o *demos* deixara-se primeiro entusiasmar por Alcibíades, para depois lhe retirar o apoio e chamá-lo da Sicília, privando a frota do único general que a poderia conduzir à vitória e dotando o inimigo de um conselheiro que levaria à ocupação e fortificação de Decelia, em território ático e a escassos quilómetros de Atenas. Por último, quando o bom senso aconselhava a retirar da Sicília, o *demos* optou por enviar reforços, o que apenas serviu para agigantar o clamoroso desastre de 413.

⁵ Assim acontecera já com o demagogo Hipérbolo, que, em 417, tentou usar contra ele o ostracismo, medida inactiva como arma política desde 443. O golpe era engenhoso, mas Alcibíades, aliando-se a Nícias, conseguiu que Hipérbolo acabasse por ser a vítima da manobra.

Se, até ao início da Guerra do Peloponeso, o equilíbrio e sucesso da democracia ateniense, guiada pelo espírito clarividente de Péricles, haviam feito com que as fissuras no tecido social fossem reduzidas ao mínimo, a derrapagem económica e insucessos militares como a expedição à Sicília vieram pôr em causa a eficácia da constituição democrática e reacender a contestação e as lutas políticas. O primeiro sinal inequívoco de crise aconteceu, portanto, em 413. A situação era extremamente grave. Os Atenienses haviam criado uma nova frente de batalha a ocidente, com a agravante das pesadas baixas no potencial bélico e de a armada ter perdido a tradição de invencibilidade. O momento era, portanto, favorável quer à revolta dos aliados desejosos de se libertarem do imperialismo ático, quer a um ataque em massa dos inimigos. Contudo, Atenas iria surpreender o mundo grego com a sua capacidade de regeneração, implementando medidas económicas drásticas e também algumas inovações políticas. No entanto, essas diligências apenas lograram adiar por algum tempo o golpe oligárquico de 411, cujos promotores viram nos desaires recentes uma oportunidade para reagirem contra a democracia.

Neste último quartel do séc. V, é possível identificar globalmente em Atenas três grupos políticos⁶. As três orientações políticas em questão correspondiam aos democratas radicais, aos oligarcas extremistas e aos moderados. Os radicais defendiam o direito ao voto para todos os cidadãos, bem como a sua participação no governo, princípios tornados possíveis através de mecanismos como a tiragem à sorte e o pagamento do serviço cívico. Em termos de política externa, eram favoráveis à manutenção do imperialismo ático e à guerra contra os Peloponésios. Os extremistas, de acordo com os ideais oligárquicos, defendiam que apenas as classes mais elevadas tivessem acesso à cidadania e aos cargos políticos, sendo, por consequência, contrários à remuneração do serviço público. Para atingir estes objectivos mais rapidamente, os extremistas estavam dispostos a negociar a paz em termos menos vantajosos, de forma a garantirem o apoio de Esparta. Já a posição dos moderados é mais difícil de esclarecer, pois ora aparecem ligados aos golpes oligárquicos de 411 e de 404 ora acabam por distanciar-se deles. Caso paradigmático encontra-se em Terámenes, o principal líder dos moderados. O testemunho de Tucídides (8.68.4) indica que ele deve ser incluído entre o número dos conspiradores que prepararam o golpe oligárquico de 411, embora não haja referência directa à sua participação nas actividades que

⁶ Embora a identificação exacta das diferenças existentes entre eles seja fonte de controvérsia para os estudiosos do problema, dificuldade essa reforçada pela relativa ligeireza com que algumas figuras mudavam de campo ou pela forma como surgiam divisões dentro de um grupo inicialmente unido; esta contingência explica-se, em parte, pelo oportunismo de determinados políticos e pela importância que, nestes grupos, detinha a figura do líder, cuja mudança de ideologia poderia acarretar igual atitude nos 'seguidores'.

precederam o derrube da democracia⁷. Contudo o pai, Hágnon, era um democrata próximo de Péricles. Não existem, nas fontes, indícios claros das razões que terão levado Terâmenes a afastar-se da tradição democrática da família, para apoiar o golpe oligárquico. Não é, contudo, de pôr de lado a hipótese de influência dos sofistas (ele fora discípulo de Pródico de Ceos), ou a desilusão com o governo democrático, procurando nos oligarcas de 411 a liderança forte que buscará, depois da queda destes, em Alcibíades⁸. De facto, Terâmenes continuou activo depois da primeira restauração democrática de 410 e foi o grande negociador da paz com os Peloponésios, em 404. Começou, igualmente, por colaborar com o governo dos Trinta, acabando por vir a ser uma das suas vítimas⁹.

Deixando, contudo, de lado a controversa reconstrução dos eventos de 411, certo é que da propaganda decisiva a favor do golpe oligárquico fazia parte a crença de que a guerra contra Esparta não poderia saldar-se pela vitória a não ser com o apoio persa, cujas condições preliminares passavam pela substituição da democracia por um governo oligárquico¹⁰. A resistência democrática à revolução oligárquica de 411 vai ficar centralizada nos marinheiros da frota ateniense estacionada em Samos. De facto, para que a conspiração fosse bem sucedida era necessário que a armada aceitasse a mudança. No entanto, os planos não decorreram conforme haviam sido arquitectados. Falhou a tentativa de estabelecer uma oligarquia em Samos, que, garantindo o controlo da armada, fortalecesse o golpe em Atenas. Depois que Quéreas, enviado a Atenas para trazer notícias da situação, regressara e descrevera a acção dos oligarcas em termos ainda mais negros do que a realidade autorizaria, os marinheiros atenienses e os habitantes de Samos, ainda sob o efeito do relato, juraram defender a democracia até às últimas consequências. Convocaram uma assembleia, onde destituíram os trierarcas e estrategos em exercício, substituindo-os por outros, entre os quais se encontravam Trasibulo e Trasilo. Estavam definidos os dois grandes campos

⁷ [Aristóteles] (*Ath.* 32.2) junta à acção determinante de Terâmenes também a de Pisandro e a do orador Antifonte. Tucídides (8.68.1-2), com indisfarçado respeito, considera este último o verdadeiro responsável pela arquitectura do golpe.

⁸ Cf. Diodoro 13.38.2. Contudo, Tucídides (8.97.3) não o liga expressamente a esta última diligência.

⁹ No discurso de acusação, Crítias insinua que Terâmenes, já desde o seu envolvimento com os Quatrocentos, era dado à traição dos antigos colegas sempre que alguma coisa começava a correr mal. Cf. Xenofonte, *Hell.* 2.3.30-34. Esta característica valeu-lhe a alcunha de *kothormos*, pela forma como se adaptava às circunstâncias, mas Terâmenes aproveitou o remoque para ilustrar a sua diplomacia de carácter (*id. ib.* 2.3.47).

¹⁰ Alcibíades, por essa altura estacionado junto do sátrapa Tissafernes, recuperava terreno na vida política como possível mediador, embora as suas diligências no sentido de os Persas retirarem o apoio a Esparta para o darem a Atenas se tenham revelado infrutíferas.

de acção e de influência políticas: os marinheiros, estacionados em Samos, e os golpistas, em Atenas. A breve trecho, porém, más campanhas militares deitavam por terra a já de si abalada credibilidade dos Quatrocentos, cuja aventura revolucionária terminaria alguns meses depois, com a restauração democrática, talvez no verão de 410.

A Guerra do Peloponeso continuou o seu curso de destruição, com sucessos e desaires para ambas as partes. Em 406, os Atenienses conseguiram uma importante vitória nas Arginusas, que poderia ter posto fim ao conflito, em termos relativamente vantajosos, mas os vencedores, liderados por Cleofonte, não aceitaram as condições de paz e Esparta voltou à ofensiva¹¹. No ano seguinte, no recontro entre as duas forças, em Egospótamos, Atenas sofre a derrota decisiva. Toda a frota foi capturada (à excepção de nove navios com que Cónon escapou) e os prisioneiros executados. Estava aberto o caminho para a discussão dos termos da paz com o vencedor. No processo de negociação da paz, Terâmenes voltou a desempenhar —como atrás dizíamos— um papel importante, primeiro junto de Lisandro, em Esparta, e, mais tarde, na defesa do acordo conseguido, já em Atenas. Os termos previam a demolição das Longas Muralhas e das fortificações do Pireu; a entrega de todos os navios, com excepção de um pequeno número a ser determinado pelo comandante espartano no local; o regresso de todos os exilados; a retirada das cidades ocupadas; a adopção dos mesmos amigos e inimigos que os Lacedemónios¹².

Na sequência destas condições humilhantes impostas por Esparta, o regime democrático foi novamente acometido por uma séria crise, abrindo caminho para a instauração do governo dos Trinta Tiranos¹³. Os oligarcas tentaram a aproximação a Trasíbulo (que em 411 já estivera com os marinheiros de Samos, na oposição ao golpe oligárquico), convidando-o a preencher o lugar deixado vago pela execução de Terâmenes¹⁴. O

¹¹ A batalha das Arginusas foi ensombrada por alguns milhares de baixas e pela execução dos generais vencedores, acusados de não terem recolhido os sobreviventes nem, depois, os corpos das vítimas, para lhes serem prestadas honras fúnebres. Terâmenes e Trasíbulo, implicados inicialmente no desastre, conseguiram ilibar-se. No entanto, seis generais foram condenados em conjunto —procedimento ilegal, pois tinham direito a ser julgados separadamente. Sócrates foi o único dos prítanes a opor-se (cf. Xenofonte, *Hell.* 1.6.28-7.35). A condenação destes generais e, curiosamente, mais tarde, a do filósofo ateniense ficaria como símbolo dos actos irreflectidos da soberania popular.

¹² A lista aparece completa em Xenofonte (*Hell.* 2.2.20) e, com algumas variantes, em Lísias (13.14), Andócides (3.11-12 e 39), Diodoro (13.107.4) e Plutarco (*Lys.* 14.8).

¹³ Marcado por uma violência extrema e inusitada para os padrões atenienses, associando, desde então, ao termo tirano uma conotação fortemente negativa.

¹⁴ *De facto*, Terâmenes tivera ainda um papel muito activo em todos os acontecimentos que conduziram à assembleia que instaurou os Trinta, e é também possível que haja colaborado

chefe da resistência negou-se a qualquer acordo com os Tiranos e a desistir da luta, a menos que fosse recuperado o estado de governo anterior à tirania dos Trinta, ou seja a democracia radical. Avançava-se, portanto, para uma situação de guerra civil, que viria a ser ultrapassada com a intervenção de Esparta, conduzida pelo rei Pausânias. Proclamou-se uma amnistia geral, que apenas não abrangia os Trinta Tiranos, os Dez que governaram o Pireu e os Onze, que constituíram o corpo de carrascos dos Trinta. E assim acontecia, em 403, a segunda restauração democrática. Apesar de muito abalada nas suas instituições, Atenas continuava a preferir o regime democrático.

1.3. SÉC. IV: AS CRISES DE LIDERANÇA E O DECLÍNIO DA PÓLIS

Na sequência do desfecho da Guerra do Peloponeso, a passagem para o séc. iv é acompanhada por um período de predominância de Esparta. No entanto, logo a partir de 394, aproveitando a oportunidade fornecida pela Guerra de Corinto, Atenas procura recuperar alguma da influência perdida e aliar-se a outras cidades contra a prepotência em que degenerara a hegemonia espartana. Estes esforços levariam à criação, em 378/7, da Segunda Confederação. Motivados talvez pela preocupação de evitar o ressurgimento do imperialismo ático, que levaria à Guerra do Peloponeso, certo é que alguns dos aliados começaram a exprimir a vontade de se libertarem da influência ateniense, sobretudo depois de Esparta ter sido derrotada, na batalha de Leuctras, em 371. Com a revolta de várias das cidades principais da Confederação, em 357, tem início a chamada Guerra Social, terminada em 355 com a intervenção persa. Para Atenas, isso significou o fim da tentativa de restauração imperialista, bem como de um modelo de diplomacia externa e de relacionamento entre cidades-estado que marcara grande parte do mundo grego no tempo de Péricles. Por outro lado, esta incapacidade —tanto de Atenas como de Esparta— para se manterem como centros de bipolarização política irá permitir a ascensão de outras póleis (como Corinto e Tebas), em particular a supremacia da Macedónia que, de região marginal da Hélade, considerada por muitos Gregos uma antecâmara da própria barbárie, irá transformar-se no grande centro de comando. A hegemonia macedónica deve-se, em primeiro lugar, a Filipe II, que, numa série de hábeis intervenções nos assuntos internos das cidades gregas, acaba por ser admitido no Conselho Anfictiónico (346) —o que, do ponto de vista diplomático, equivalia a reconhecer-lhe formalmente uma importante capacidade de influência no mundo helénico— e fundar a Liga de Corinto

com estes últimos na fase inicial, mais moderada, do seu governo. Porém, com o tempo viria a distanciar-se dos Tiranos e esse antagonismo acabaria por levá-lo à morte, transformando-o numa espécie de mártir da causa moderada.

(338), na sequência da vitória de Queroneia (que correspondeu, na prática, à conquista da Grécia pela Macedónia). Filipe é assassinado pouco depois (336), numa altura em que preparava a invasão da Pérsia, aparecendo como chefe natural (*hegemon*) à frente de uma coligação pan-helénica liderada pela Macedónia. A morte violenta de Filipe não vai impedir a realização desta campanha, que será levada a cabo pelo filho e da qual advirão consequências determinantes para todo o mundo antigo. O império de Alexandre Magno significará não apenas o fim da pólis (no que respeita à dinâmica descrita nas páginas anteriores), como também a criação de uma nova ordem, onde a tradicional oposição entre Gregos e bárbaros perderá terreno face a um processo de fusão étnica e cultural, e onde o particularismo da pólis, que exigia o envolvimento directo de cada *polites* na condução colectiva dos assuntos do Estado, será substituído pelo individualismo resultante da diluição das responsabilidades pessoais na realidade emergente dos reinos helenísticos¹⁵.

2. Os reinos helenísticos: do *polites* ao *kosmopolites*

2.1. O LEGADO MACEDÓNIO

Entre 336 (ano da morte do pai, Filipe II) e 323 (altura em que sucumbe à doença, por razões ainda hoje abertas a alguma especulação), Alexandre irá conquistar um império imenso, que ia desde a Europa até à Ásia profunda, englobando também o nordeste africano e boa parte da bacia do Mediterrâneo. Tendo vivido pouco mais de trinta anos, é provável que o macedónio deixasse por cumprir outros projectos que traria no pensamento, entre os quais se inclui a hipótese de expandir as conquistas para ocidente, se bem que não se possa afirmar com segurança que ele procurasse criar um império universal. Estas e outras questões permanecem em aberto, pois embora Alexandre estivesse rodeado de cronistas e historiadores oficiais que poderiam ter feito um registo bastante fiel das suas façanhas e intenções, a preocupação de agradar ao monarca bem como o processo de amplificação e de quase adoração a que foi sujeita a imagem do soberano acabaram por enublar múltiplos aspectos da sua actuação. Ainda assim, alguns factos são indiscutíveis, como a sua genial capacidade militar, a invulgar sagacidade política e ainda a liderança forte e carismática. Embora excepcionais, estas qualidades não o teriam furtado a enfrentar duras provas para manter sob controlo o enorme império conquistado, como ilustram contrariedades e levantamentos com que teve de lidar dentro do próprio exército.

¹⁵ Para uma análise da evolução da agenda política de Alexandre e da forma como conduziu as suas campanhas, vide Leão (2005).

Em todo o caso, Alexandre marca o final de um período e lança, claramente, as fundações para a Época Helenística, uma era profundamente rica do ponto de vista económico, científico e cultural, que desaparecerá à medida que for avançando a fusão com a nova potência que se irá agigantando a ocidente: Roma. Politicamente, esses três séculos, que se prolongam até ao principado de Augusto, foram um período menos sujeito a instabilidades e alterações do que haviam sido as Épocas Arcaica e Clássica. Parte da explicação encontra-se no facto de estarmos perante reinos que englobam territórios extensos e populações numerosas e que, por conseguinte, estão menos expostos, no conjunto, ao efeito perturbador de escaramuças de fronteira. No entanto, a principal razão prende-se com a centralização do poder político (e não raras vezes também económico) na figura do monarca, de quem dependia igualmente a máquina administrativa, que constituía, aliás, um dos aspectos notáveis deste período, fruto da combinação da experiência monárquica macedónia, com a longa tradição asiática e egípcia. Aliás, se do ponto de vista cultural e linguístico, a Época Helenística é dominada pela matriz grega (claramente preferida pelas elites dirigentes), ainda assim não se entende sem o influxo das outras culturas e etnias que entraram em contacto com o elemento grego e com ele se puderam fundir, criando a cultura transversal (*koiné*) que se estenderá por toda a ‘terra habitada’ (*oikoumene*).

2.2. OS DIÁDOCOS E A CRIAÇÃO DAS MONARQUIAS HELENÍSTICAS

Em todo o caso, pese embora o contributo determinante de Filipe e Alexandre, a cristalização dos traços essenciais da sociedade helenística deve muito igualmente à acção dos Diádocos, os generais que haviam estado ao serviço do jovem macedónio. De facto, com a morte de Alexandre e não estando resolvido o problema da sucessão, soltaram-se as forças centrífugas que o imperador lograra manter sob controlo. E embora, num primeiro momento, os Diádocos se tivessem comprometido a dividir a administração das províncias (mantendo-se no fundo como sátrapas, sem tentarem evoluir para monarcas independentes), enquanto aguardavam que o filho de Alexandre e Roxana (também Alexandre e que nascera após a morte do pai) atingisse a maioria, o certo é que rapidamente se envolveram em pesadas lutas que se prolongariam, com intensidade variada, ao longo dos cinquenta anos subsequentes. Do inevitável desmembramento do império, sairia o embrião das futuras realidades helenísticas, até porque se revelaria ilusória a pretensão de vir a ocupar o posto de governante único nas mesmas condições que Alexandre. E assim surgiram os grandes reinos do Egipto, Macedónia, Ásia e, mais tarde, de Pérgamo, que, do ponto de vista político, se traduziram em monarquias hereditárias. Embora a posição do rei conhecesse variações quanto à forma de exercer a soberania, o certo é que este regime político se havia tornado uma necessidade histórica, pois só um poder central forte e

estável poderia manter a coesão de territórios muito amplos, com acentuadas diferenças étnicas, culturais e geográficas. Uma vez que era o rei quem dava corpo ao Estado, os seus poderes seriam, em princípio, ilimitados, no sentido de que formalmente o soberano não era obrigado a prestar contas a outra instância, se bem que, na prática, os monarcas helenísticos procurassem optar por soluções de governo que evitassem a conotação com um despotismo tirânico. Para dar a conhecer a sua vontade, serviam-se sobretudo de edictos reais, traduzidos em normas e decretos ou em instruções enviadas a magistrados ou cidades, consoante a natureza do assunto. Em qualquer dos casos, isso bastaria para se fazerem obedecer, a menos que o destinatário pretendesse desafiar a autoridade régia. Dado que o monarca se encarregava de receber pessoalmente embaixadores estrangeiros, magistrados e governadores provinciais, bem como representantes de pólis ‘independentes’, isso equivalia a dizer que dele dependia também toda a administração, bem como a condução da diplomacia externa¹⁶.

2.3. A ESPECIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A citação de Simónides, evocada no início deste estudo, segundo a qual «a pólis é mestra do homem», assenta no princípio inerente de que a formação do indivíduo tem por objectivo o exercício colectivo da cidadania. Por conseguinte, se todos os *politai* são chamados a participar da defesa, governo e administração da pólis, isso implica que tais actividades sejam vistas como expressão natural do estatuto de cidadão e não como uma tarefa de especialistas. Ora a situação na Época Helenística é exactamente a contrária, observando-se uma crescente profissionalização dos intervenientes nestes sectores, facto que, por um lado, exprime a maior competência específica exigida para o cumprimento daquelas funções, mas também o progressivo e crescente alheamento do cidadão comum perante a noção de Estado. A profissionalização é, portanto, sintoma de uma dinâmica social e económica distinta e nota-se, em especial, ao nível financeiro, militar e político.

Quanto ao aspecto financeiro, o surgimento de urbes muito populosas¹⁷ poderia obrigar a medidas de carácter social (como distribuição de bens de primeira necessidade), às quais seria necessário dar cabimento orçamental e que, além de funcionarem como formas de combate à pobreza, tinham também o objectivo político de prevenir distúrbios por parte da população

¹⁶ Como adiante se verá, este aspecto, bem como o pagamento de tributo ao rei, constituía um dos sinais claros de que a autonomia das cidades-estado era apenas uma ficção conveniente, que servia tanto o amor-próprio das antigas pólis como a imagem de benemerência dos monarcas.

¹⁷ Grandes capitais como Alexandria poderiam atingir centenas de milhares de habitantes, uma concentração demográfica que seria impensável para as pólis clássicas.

carenciada e descontente. Além disso, a crescente mobilidade de pessoas e bens vinha dar maior complexidade às operações financeiras e obrigava também a desenvolver fortemente os sistemas de crédito, sobretudo para negócios que envolviam um risco acrescido (como o comércio marítimo), mas que poderiam igualmente gerar receitas bastante apreciáveis. Este conjunto de factores levava a que os peritos financeiros ganhassem uma importância crescente na constituição do próprio governo¹⁸. A especialização militar conduziu ao incremento da figura do mercenário ao serviço dos monarcas, a qual se apresentava não apenas como uma forma alternativa de sustento, quer para camponeses arruinados quer para a população acumulada nos centros urbanos, mas também como uma necessidade objectiva, enquanto forma de garantir o aperfeiçoamento de tácticas militares (como a técnica de cerco às cidades). É uma vez que, por definição, o mercenário combate em troca de um soldo e não por um ideal de liberdade (conforme era regra no universo da pólis), dilui-se rapidamente o princípio do cidadão-soldado, bem como a ideia de pátria, porquanto poderia até acontecer que o mercenário se visse na contingência de lutar contra a terra-natal. Por último e na esteira dos aspectos anteriormente referidos, também a vida política passava de preferência para o domínio de profissionais (os oradores), pois a vitalidade própria do estatuto de cidadão interventivo perdia terreno perante o avanço da ideia de que o indivíduo é apenas súbdito de um rei e não o construtor da própria sorte.

Por conseguinte, a solução dos problemas individuais passava a ter primazia sobre a consciência de uma identidade colectiva, e porque o monarca controlava igualmente a vida administrativa e as grandes opções militares, mesmo estas áreas tradicionais de afirmação da pólis ficavam destituídas de real autonomia, embora continuassem a servir de rampa de lançamento para quem desejasse construir uma carreira nesses domínios. Ora uma vez que as elites governativas partilhavam uma cultura de base helénica, toda a máquina burocrática e económica dos reinos helenísticos funcionava como uma grande bolsa de emprego para as populações das antigas pólis gregas. Embora esta apetência pudesse esvaziar algumas cidades-estado dos seus elementos mais válidos, a procura de saberes especializados nas mais variadas áreas teve, ainda assim, a vantagem de promover a mobilidade de pessoas e conhecimentos, bem como a fusão étnica, linguística e cultural (que dá corpo à noção de *koine*).

¹⁸ É certo que, mesmo na democracia radical, se evitava aplicar o mecanismo da tiragem à sorte para o acesso a cargos onde era reconhecida a necessidade de uma aptidão específica (como acontecia precisamente com a área financeira e militar), mas o uso de medidas preventivas para evitar a incompetência não é o mesmo que promover a criação de carreiras especializadas.

2.4. OS LIMITES DE ACTUAÇÃO DAS PÓLEIS HELENÍSTICAS

Ora uma vez que as antigas póleis continuaram a existir na Época Helenística, ao menos como espaços urbanos povoados, importa saber até que ponto mantinham alguma autonomia e liberdade efectiva de actuação. Uma vez que a essência do Estado helenístico assentava na pessoa do monarca e no conjunto de magistrados que trabalhavam mais directamente com ele, a estrutura da pólis constituía, em última análise, um corpo estranho dentro da nova realidade. Em todo o caso, não poderia ser simplesmente eliminado, dado o grande peso que tivera ao longo da história da Grécia. Desta forma, as póleis mantinham em funcionamento o aparato constitucional que possuíam no passado (assembleia popular, tribunais, magistrados eleitos anualmente); no entanto, estavam dependentes da vontade do rei, cujas ordens eram para ser cumpridas, ainda que fossem apenas transmitidas por carta, regulação (*diagramma*) ou ordenação (*prostagma*). Mantinha-se formalmente a aparência de autonomia, desde que houvesse a preocupação de moldar os decretos da pólis segundo as instruções do monarca, que eram assim transformadas em lei¹⁹.

Pode questionar-se até que ponto uma cidade teria capacidade para contrariar as instruções régias, sem com isso desafiar abertamente a autoridade central. Na verdade, as fontes deixam entrever que essa margem de manobra não existia, mesmo para cidades tão poderosas como Atenas. Plutarco fornece-nos, a esse respeito, dois exemplos bastante expressivos. Em 318, Polisperconte, na qualidade de guardião do rei, enviou para Atenas Fócion e mais alguns fugitivos, a fim de lá serem julgados, se bem que, na realidade, o regente já houvesse dado instruções de que deveriam ser condenados à morte (Plutarco, *Phoc.* 34). É possível que Atenas chegasse por si mesma a idêntico veredicto, mas a hipótese de, no uso da sua pretensa liberdade e autonomia, vir a contrariar as instruções de Polisperconte só poderia ser efectivamente colocada se os Atenienses quisessem pôr em causa a autoridade do rei e sujeitar-se, em seguida, à provável retaliação. Portanto, ambas as partes observavam a formalidade fictícia de uma independência, mas, para evitar complicações futuras, o resultado não deveria desviar-se do esperado. Um outro exemplo ainda mais expressivo é dado pelo mesmo Plutarco, a propósito do rei macedónio Demétrio Poliorcetes. Incomodados com a sua ingerência em assuntos domésticos, Atenas aprovou um decreto que procurava limitar o raio de acção do monarca. No entanto, os Atenienses viram-se não só forçados a revogar o decreto em questão e a condenar à morte e

¹⁹ Em todo o caso, o pagamento de tributos e a integração de guarnições reais, entre outros encargos suportados pela pólis, eram um símbolo inequívoco da sua dependência em relação ao poder do soberano.

exílio os respectivos proponentes, como ainda a aprovar um outro decreto, segundo o qual seria considerado sagrado perante os deuses e justo diante dos homens tudo o que Demétrio ordenasse (*Demtr.* 24.3-4). Em síntese: os Atenienses viram-se obrigados a integrar expressamente nas suas leis a autoridade real que tinham começado por pretender cercear²⁰.

Do ponto de vista político, a maior debilidade da cidade-estado notava-se, em especial, na grande limitação (ou mesmo incapacidade real) para conduzir uma diplomacia externa independente. Para muitas das pólis de pequena dimensão, a articulação com a vontade do monarca equivalia, de alguma forma, à prática de alianças que efectuavam já no passado, por exemplo com a Simaquia de Delos ou a do Peloponeso. A mudança era sentida sobretudo por cidades importantes como Atenas ou Esparta, que estavam habituadas a funcionar como grandes Estados autónomos, capazes de agregar e influenciar a política praticada por outros Estados. É certo que os monarcas concediam às pólis (e por vezes até estimulavam) o direito de construir com outras cidades ligas ou simaquias (assentes na aliança voluntária de Estados formalmente independentes), ou então criar confederações cujos órgãos centrais se baseavam na partilha de uma mesma cidadania (*sympoliteia*), ou ainda conceder em potência a cidadania plena (*isopoliteia*) aos *politai* de outra cidade, para o caso de estes optarem por abandonar a pólis de origem, fixando-se na que lhes concedera a *isopoliteia*. Por outro lado, mesmo na concessão da cidadania a particulares, as pólis continuavam a cultivar uma atitude defensiva e uma formalidade processual bastante complexa, que poderia fazer lembrar o mecanismo adoptado na Época Clássica e suscitar, por conseguinte, a ideia de que a autonomia da cidade-estado se manteria quase intacta a esse nível. Há, no entanto, que registar uma diferença fundamental: mesmo admitindo que as pólis da Época Helenística até conservariam a mesma capacidade para conceder, em circunstâncias que considerassem excepcionais, a cidadania a determinado particular ou colectividade que pretendiam honrar, não poderiam ainda assim transmitir aquilo que no passado era a essência deste processo —o estatuto de cidadão numa pólis verdadeiramente soberana e independente. Da antiga cidade-estado restava somente, na prática, a cidade enquanto centro urbano, com alguma autonomia a nível local e privilégios que poderiam ir além disso (como a isenção de impostos e o direito de asilo), mas que só ocasionalmente eram concedidos pelo monarca.

²⁰ Ainda assim, na sua actuação futura Demétrio teve o cuidado de não desprezar ostensivamente as leis atenienses, como mostra o episódio da iniciação nos Mistérios de Elêusis; uma vez que não podia estar em Atenas na altura devida, solicitou que se procurasse uma solução, ao que os Atenienses responderam alterando temporariamente o nome dos meses, para que a cerimónia pudesse decorrer com respeito pela formalidade (*Demtr.* 26).

Aliás não deixa de ser sintomático que os sinais de empenho político e social fossem cada vez mais substituídos pela constituição de ‘clubes’ (*koinon* para os Gregos e *collegium* para os Romanos) de natureza privada e de adesão livre e voluntária, motivada pela simples afinidade de interesses lúdicos e culturais (tendo muitas vezes o ginásio como centro de reunião) ou então pela defesa de objectivos corporativos e profissionais (como era o caso das companhias de teatro e atletas profissionais).

Os fenómenos até agora evocados, embora aparentemente dispersos, partilham o facto de ilustrarem a afirmação de um individualismo crescente, que tem por pano de fundo a crise do tradicional modelo cívico colectivo da pólis. O dilema, suscitado pelo movimento sofista no último quartel do séc. v, de saber se o homem deveria viver de acordo com as inclinações naturais (*physis*) ou antes segundo a norma (*nomos*) decorrente da existência em sociedade, fora resolvido por Aristóteles (*Política*, 1253a), ao sustentar que «por natureza (*physis*) o homem é um animal político (*politikon zoon*)»: por outras palavras, a vida numa pólis, com as suas leis e convenções sociais, constitui o enquadramento natural e necessário para a natureza humana. A esta visão, as novas tendências filosóficas que acompanharam a passagem para a Época Helenística —em especial os Cínicos, com a sua intrínseca rebeldia contra todas as formas de disciplina e convenção social— vêm contrapor que *physis* e *nomos* poderão efectivamente identificar-se entre si, mas somente quando o homem puder seguir as inclinações naturais, entendendo o mundo inteiro como a sua cidade, ou seja, afirmando-se como um *kosmopolites* ou ‘cidadão do mundo’²¹.

Embora a leitura cínica levasse, em última instância, à anarquia generalizada (que não se chegou a verificar), os reinos helenísticos acabaram por recriar efectivamente o cenário de um mundo globalizado, onde os projectos individuais tinham mais peso do que a realização de um ideal comum²². Do empenho numa causa colectiva, que remetia para segundo plano os anseios particulares, passou-se à procura da felicidade de cada um —não tanto porque a grandeza de pessoas singulares não se conseguisse acomodar nas calhas estreitas do compromisso social, mas antes porque a fraqueza da sociedade deixara de motivar o indivíduo, libertando-o para o anonimato dos interesses mais íntimos. Do *polites* se evoluía assim para o *kosmopolites*, do particularismo da cidade-estado para o mundo globalizado da *oikoumene*.

²¹ Diógenes Laércio (6.63), a propósito do cínico Diógenes. Se o comentário for autêntico permitiria atribuir ao desconcertante filósofo a criação do termo *kosmopolites*.

²² A evolução do teatro espelha de forma paradigmática esta transformação, evidente quando se compara, por exemplo, a natureza ‘política’ dos enredos da produção aristofânica com o meio familiar e o triângulo amoroso que estão na base da Comédia Nova de Menandro.

Bibliografia citada

- DAVIES, J.K., «Cultural, social and economic features of the Hellenistic world», in F.W. Walbank, A.E. Astin, M.W. Frederiksen & R.M. Ogilvie (eds.), *The Cambridge Ancient History. Vol. VII. Part 1. The Hellenistic world*, Cambridge, University Press, 1984, págs. 257-320.
- EHRENBERG, Victor, *The Greek State*, Oxford, Basil Blackwell, 1960.
- FERGUSON, W.S., «The leading ideas of the new period», in S.A. Cook, F.E. Adcock & M.P. Charlesworth (eds.), *The Cambridge Ancient History. Vol. VII. The Hellenistic Monarchies and the Rise of Rome*, Cambridge, University Press, 1969, págs. 1-40.
- FERREIRA, José Ribeiro, *A Grécia antiga*, Lisboa, Edições 70, 2004.
- GAUTHIER, Philippe, «Isopolitie et protection judiciaire», in *Symbola. Les étrangers et la justice dans les cités grecques*, Nancy, Annales de l'Est, 1972, págs. 347-373.
- GAWANTKA, Wilfried, *Isopolitie. Ein Beitrag zur Geschichte der zwischenstaatlichen Beziehungen in der griechischen Antike*, München, C.H. Beck, 1975.
- LARSEN, J.A.O., *Greek Federal States. Their Institutions and History*, Oxford, Clarendon Press, 1968.
- LEÃO, Delfim F., *Sólon. Ética e política*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- , «Alexandre Magno: da estratégia pan-helénica ao cosmopolitismo», in A. Casanova (coord.), *Atti del convegno internazionale di studi «Plutarco e l'età ellenistica»*, Firenze, Università degli Studi di Firenze, 2005, págs. 23-37.
- O'NEIL, James L., «Royal authority and city law under Alexander and his Hellenistic successors», *CQ*, 50 (2000), págs. 424-431.
- SAVALLI, Ivana, «La clausola 'EN TOIS'ENNOMOIS XPONOIΣ nei decreti greci di cittadinanza d'età ellenistica», *ASNP*, 11 (1981), págs. 615-640.
- SHEAR JR., T. Leslie, «Athens: from city-state to provincial town», *Hesperia*, 50 (1981), págs. 356-377.